



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1008543-67.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Seguro**
 Requerente: **Silvana Aparecida Sabino de Oliveira**
 Requerido: **Aig Seguros Brasil S.a. e outro**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Marcelo Luiz Seixas Cabral**

Vistos.

SILVANA APARECIDA SABINO DE OLIVEIRA propôs ação de cobrança securitária - DPVAT em face de **AIG SEGUROS BRASIL S/A**. Aduziu que em 31/07/2013 sofreu atropelamento que lhe causou invalidez permanente do membro superior esquerdo. Assevera que embora tenha procedido à abertura de sinistro junto à seguradora ré, ainda não obteve resposta acerca do deferimento ou não do pedido pela via administrativa. Requereu os benefícios da justiça gratuita, a inversão do ônus da prova, a realização do exame pericial e o recebimento do valor integral máximo da indenização (R\$ 13.500,00).

Acostados à inicial vieram os documentos de fls. 08/41.

Deferida a justiça gratuita à fl. 42.

Novos documentos juntados às fls. 47/54 e 57.

A requerida, devidamente citada (fl. 55), apresentou resposta em forma de contestação (fls. 58/103). Preliminarmente, alegou a falta de interesse de agir da autora, diante da existência de pedido administrativo em andamento. Requereu a retificação do polo passivo para constar a Seguradora Líder Consórcios do Seguro DPVAT S/A. Alegou que não veio aos autos comprovante de endereço da autora, requisito obrigatório para a continuidade da ação. No mérito, asseverou a necessidade de laudo do IML e impugnou os documentos juntados, vez que produzidos unilateralmente. Impugnou a inversão do ônus da prova pleiteando o reconhecimento da inaplicabilidade do CDC ao caso concreto. Alegou que a requerente pretende receber o valor máximo independentemente do grau de invalidez, sendo que a lei prevê a gradação do percentual utilizado para as indenizações e ainda impugnou a ocorrência de dano moral. Requereu a retificação do polo passivo da ação, a extinção do feito sem resolução do mérito e subsidiariamente, a improcedência. Juntou documentos às fls. 104/200.

Réplica às fls. 204/210.

1008543-67.2016.8.26.0566 - lauda 1


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Decisão saneadora às fls. 213/215, com a inversão do ônus da prova e a determinação de realização da perícia médica. A **Seguradora Líder**, que compareceu espontaneamente ao processo, apresentando contestação junto da ré AIG Seguros, foi admitida no polo passivo da ação, já que devedora solidária da obrigação reclamada.

Requerente e requerida interpuseram agravo de instrumento (fls.223/230 e 234/235). Recurso da ré recebido com parcial efeito suspensivo (fls. 498/500), determinando que a requerida depositasse nos autos metade do valor da perícia. Recurso da autora não conhecido (fls. 511/515). Agravo julgado parcialmente procedente (fls. 530/536), declarando-se a impossibilidade da inversão do ônus da prova e determinando que as partes arquem, igualmente, com a perícia determinada.

Laudo pericial às fls. 571/574, com manifestação às fls. 578 e 579/583.

É o relatório.
Fundamento e deciso.

Não havendo necessidade de maior produção probatória, visto que as provas produzidas já são suficientes à formação do juízo de convicção, julgo o feito no estado em que se encontra, nos termos do art. 355, do CPC. Neste sentido o entendimento do E.STJ:

"Presentes as condições que ensejam o julgamento antecipado da causa, é dever do juiz, e não mera faculdade, assim proceder." (STJ, Resp. 2.832-RJ, relator Ministro Sálvio de Figueiredo, julgado em 04/12/91).

As questões preliminares já foram devidamente analisadas (fls. 213/215), restando apenas a análise do mérito.

Vale frisar que o v. Acórdão de fls.530/5336, afastou a aplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor, determinando o rateio das custas periciais.

Pois bem, trata-se de ação de cobrança securitária que a requerente interpôs visando o recebimento do seguro DPVAT em sua totalidade, tendo em vista a alegada invalidez permanente decorrente do acidente de trânsito.

Diante dos documentos acostados aos autos, observo que o sinistro ocorreu em 31 de julho de 2013, nessa época, já vigorava a Lei nº 6.194/74, com as alterações propostas pela Medida Provisória nº 451/08 e, posteriormente, convertida na Lei nº 11.954/09, que fixa o montante indenizatório em até R\$ 13.500,00 para casos de invalidez permanente.

Referida lei disciplina a graduação das lesões sofridas para o pagamento do seguro



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

DPVAT, devendo ser aplicada aos eventos ocorridos em data posterior à sua respectiva entrada em vigor, como ocorreu no caso em tela.

Quanto ao assunto, friso que o Supremo Tribunal Federal já se posicionou, considerando constitucionais as alegações na legislação sobre o seguro DPVAT, tendo sido julgado improcedente as ações diretas de inconstitucionalidade nº 4.627 e 4.350 que versavam sobre a matéria.

A indenização para a hipótese de incapacitação permanente, conforme já estabelecido pela Súmula nº 474, do STJ, deve ser paga de modo proporcional, a depender da extensão da incapacidade. *In verbis*: "A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau de invalidez".

Nesse sentido o Eg. STJ:

(...)Outrossim, a Segunda Seção deste Tribunal, no julgamento do Tema n.º 542, ao qual está vinculado o Recurso Especial Repetitivo n.º 1.246.432/RS, consolidou o entendimento no sentido de que a indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial permanente do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez, conforme assentado naquele aresto, *verbis*: "RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. JULGAMENTO NOS MOLDES DO ART. 543-C DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. DPVAT. SEGURO OBRIGATÓRIO. INVALIDEZ PARCIAL. INDENIZAÇÃO A SER FIXADA DE ACORDO COM A PROPORCIONALIDADE DA INVALIDEZ. SÚMULA N.º 474/STJ. 1. Para efeitos do art. 543-C do Código Processo Civil: A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial permanente do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez (Súmula n.º 474/STJ). 2. RECURSO ESPECIAL PROVIDO." (REsp 1.246.432/RS, SEGUNDA SEÇÃO, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, julgado em 22/5/2013, DJe de 27/5/2013). Cabe destacar do voto condutor a conclusão de que "ponderou-se que para a interpretação do art. 3º, "b", da Lei 6.194/74, que dispõe sobre o seguro obrigatório DPVAT, deve-se considerar a partícula 'até' constante da sua redação originária e que se manteve, inclusive, após as modificações introduzidas pelas Leis n. 441/1992 e 11.428/2007". (...) (STJ:AREsp Nº 318.934 - RS (2013/0085003-9) Relator: Ministro Raul Araújo. Julgado em 16/11/2016. Publicado em 06/12/2016).

Assim, remanescente apenas controvérsia quanto à existência e a extensão da incapacitação da demandante, sendo que para a solução da questão foi designada perícia técnica médica.

Embora não se encontre o julgador submetido aos pareceres apresentados para a formulação de seu convencimento, eles proporcionam elementos técnicos preciosos para se chegar à justa solução da lide.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Com o laudo pericial de fls. 571/574 restou evidente o nexo de causalidade entre o acidente e as sequelas geradas. Nas palavras do perito (fl. 573):

"A periciada sofreu acidente de moto em 31/7/13. Sofreu fratura do rádio distal. Fez cirurgia. Há nexo entre seu acidente e suas lesões. Há consolidação das lesões. Como sequela definitiva há redução moderada (50%) da função do punho esquerdo (25%). 50% de 25% = 12,5%."

Dessa forma, o perito aferiu em 12,5%, nos termos da tabela trazida pela Lei 6.194/74, os danos suportados pela requerente.

Em que pese a discordância da ré, não há qualquer motivo pra desabonar o trabalho do perito, que apresentou laudo de maneira satisfatória, observando a tabela utilizada, nos termos da lei, sendo o que basta.

Assim, a indenização a que faz jus a parte requerente deve ser calculada, conforme a tabela presente no anexo da Lei nº 6.194/74, que fixa o montante indenizatório de acordo com a espécie e gradação das lesões sofridas pelas vítimas de danos pessoais. Assim será de 12,5% calculada sobre o valor total de R\$ 13.500,00, o que importa em R\$ 1.687,50.

Ante o exposto, **JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE** a ação, nos termos do art. 487, inciso I, do CPC para condenar as partes requeridas ao pagamento de R\$ 1.687,50 à requerente. Sobre o valor incidirá correção monetária pela tabela prática do TJSP contada a partir da data dos fatos (AgRg no Resp nº 1482716) e juros de mora de 1% ao mês contados a partir da citação (Súmula 426, do STJ).

Diante da sucumbência recíproca, as custas e despesas serão rateadas na proporção de 50% para cada parte, observando-se a gratuidade concedida à autora. Fixo honorários em 10% para cada parte, nos termos do art. 85, § 14, do CPC, observando-se a gratuidade concedida à autora.

Expeça-se guia de levantamento em relação ao valor depositado à fl. 518, em favor do perito.

Considerando que a perícia foi devidamente realizada, bem como a responsabilidade do Estado pelo pagamento dos honorários da parte da autora, beneficiária da Justiça Gratuita, e inclusive observando o determinado pela Superior Instância (fl. 534), oficie-se novamente a Defensoria Pública, para que proceda ao depósito da metade referente à autora, no valor de R\$450,00, que deverá ser liberado ao perito.

Na hipótese de interposição de apelação, tendo em vista a nova sistemática estabelecida pelo NCPC que extinguiu o juízo de admissibilidade a ser exercido pelo Juízo "a quo"



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

(art. 1.010 do NCPC), sem nova conclusão, intime-se a parte contrária para que ofereça resposta no prazo de 15 (quinze) dias. Havendo recuso adesivo, também deve ser intimada a parte contrária para oferecer contrarrazões. Após, com ou sem respostas, subam os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Nos termos do Comunicado CG nº 1789/2017, em caso de procedência e procedência parcial da ação, à serventia para lançar a movimentação "Cód. 60698 – Trânsito em Julgado às partes – Proc. Em Andamento".

Aguarde-se por 30 dias eventual requerimento da fase de cumprimento de sentença, que deverá ser feito nos moldes dos artigos 523 e 524 do CPC, classificando a petição como incidente processual, no momento do peticionamento eletrônico.

Não havendo requerimento da fase de cumprimento de sentença, os autos de conhecimento seguirão ao arquivo provisório ("Cód. 61614 – Arquivado Provisoriamente"), sem prejuízo de seu desarquivamento a pedido da parte.

Havendo requerimento da fase de cumprimento de sentença, o processo de conhecimento será arquivado definitivamente ("Cód. 61615 – Arquivado Definitivamente"), tudo conforme Comunicado CG nº 1789/2017.

P.I.

São Carlos, 10 de janeiro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**